

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC EDUARDO LUÍS GUIMARÃES DE MOURA

OS CONFLITOS NO DELTA DO RIO NÍGER À LUZ DA TEORIA DA GUERRA POR
RECURSOS DE MICHAEL T. KLARE

Rio de Janeiro

2015

CC EDUARDO LUÍS GUIMARÃES DE MOURA

OS CONFLITOS NO DELTA DO RIO NÍGER À LUZ DA TEORIA DA GUERRA POR
RECURSOS DE MICHAEL T. KLARE

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval,
como requisito parcial para a conclusão do Curso
de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF Artur Elói Roman

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2015

AGRADECIMENTOS

Ao meu filho Luís Fernando, pelo amor incondicional.

Aos meus amados pais e irmão pelo eterno carinho, afeto e apoio.

A Deus, por me dar o privilégio de pertencer a estas pessoas.

RESUMO

Os conflitos na região do Delta do rio Níger iniciaram-se logo após a independência da Nigéria em 1960 e tinham caráter predominantemente étnico. As descobertas de enormes jazidas e a crise do petróleo de 1973 colocaram a Nigéria dentro de um novo contexto perante a comunidade internacional, inserindo a política econômica mundial como mais uma variável no já complexo cenário da região. Com a extinção da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em 1991 e o fim da Guerra Fria, a relação entre o poder e os interesses dos Estados passou a ser rediscutido, com as grandes economias focando os objetivos econômicos em detrimento dos interesses de ordem ideológica. Sob a sombra deste cenário, os conflitos na região do Delta evoluíram de reivindicações pacíficas para insurgência no ano de 2006. A participação ativa de companhias transnacionais do petróleo e a onipresente influência internacional nos conflitos levantaram questões acerca dos interesses na região e dos reais fundamentos dessas contendas. O propósito deste trabalho foi evidenciar os pontos relevantes destes conflitos, na moldura temporal compreendida entre o agravamento da crise em 1999 e a implantação do programa de anistia em 2009, consubstanciando-os em uma conclusão aplicável, por analogia, à realidade brasileira. Para isso, realizou-se uma pesquisa documental e bibliográfica sobre o assunto, adotando-se a teoria da Guerra por Recursos, do professor Michael T. Klare, como ferramenta para alinhar o raciocínio de forma lógica, dentro de uma metodologia de etapas. Estudando os principais atores internos influentes procurou-se elucidar o ambiente em que ocorreram os conflitos e a sua dinâmica, inserindo neste cenário a participação internacional. Concluiu-se que a violência na região do Delta do rio Níger foi o resultado de uma economia transnacional do petróleo, com os esforços internacionais focando na produção petrolífera e contribuindo para a continuação dos conflitos. Ademais, há uma crescente preocupação mundial com a obtenção e acesso aos recursos naturais essenciais, agravada perante a nova concepção internacional que sinaliza para a aceitação do uso da força em prol da segurança energética, tornando frágeis os países ricos em recursos, mas incapazes de protegê-los.

Palavras-chave: Michael Klare. Nigéria. Guerra por Recursos. Recursos Naturais. Petróleo. Conflitos. Delta do rio Níger. Transnacionais.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	A CONSTRUÇÃO TEÓRICA DE MICHAEL KLARE	8
2.1	A guerra por recursos.....	9
2.2	A segurança e a energia.....	12
2.2.1	A visão tradicional e a nova agenda da segurança.....	13
2.2.2	O alcance da segurança energética.....	16
3	O PETRÓLEO NIGERIANO E OS CONFLITOS	18
3.1	O petróleo nigeriano.....	18
3.2	A evolução histórica dos conflitos.....	20
3.3	A comunidade, o Estado e as companhias de petróleo.....	23
4	A NIGÉRIA E O MUNDO	27
4.1	O petróleo nigeriano no contexto mundial.....	27
4.2	O interesse internacional.....	29
4.3	A violência e a intervenção internacional.....	31
4.4	As transnacionais como ferramenta de poder.....	33
5	CONCLUSÃO	37
	REFERÊNCIAS	40
	ANEXO A – Mapa Político da Nigéria	43
	ANEXO B – Produto Mundial Bruto (GWP) 1950 - 2011	44
	ANEXO C – Exploração de Petróleo e Principais Grupos Étnicos (1999)	45
	ANEXO D – Importações dos EUA: Mundo e Nigéria	46
	ANEXO E – Projeções de Produção Petrolífera por Região (2003)	47

1 INTRODUÇÃO

As guerras são fenômenos sociais tão antigos quanto a própria existência humana e a busca do seu entendimento, natureza e causa é tema presente na filosofia política desde a antiguidade. Geralmente, mesclados a questões políticas, étnicas ou religiosas, os recursos naturais sempre estiveram associados aos conflitos, no entanto, a sua relevância, quando confrontado com outros aspectos motivadores, ainda é amplamente discutida, com muitos estudiosos apontando-os como o pivô na ameaça à paz e estabilidade mundial.

A descoberta, na década de 1950, de jazidas de petróleo na região do Delta do rio Níger¹ colocou a Nigéria numa nova posição dentro do cenário geopolítico mundial. Imersa em problemas sociais, econômicos e políticos, as tensões na região originaram-se na década de 1960 como reivindicações políticas que se converteram em conflito armado após 1999, com a participação ativa das companhias transnacionais de petróleo e gás².

Ainda que muitos assinalem motivações variadas para os conflitos no Delta do rio Níger, o envolvimento ativo das transnacionais, a busca ubíqua pelo domínio do petróleo e a tendenciosa interferência internacional engendraram questões acerca das influências e interesses externos na região, promovendo o debate referente aos reais fundamentos destas contendas.

Dessa forma, o propósito desta pesquisa é levantar os pontos relevantes do conflito, dentro da moldura temporal compreendida entre o agravamento da crise em 1999 e a anistia em 2009, e consubstanciá-los numa conclusão de forma a desvelar os interesses internacionais e das companhias transnacionais do petróleo no período.

Diante de um cenário internacional marcado por grandes economias, disputando

¹ANEXO A

² Neste trabalho poderemos utilizar apenas as expressões “companhias transnacionais” ou “transnacionais”.

mercado e matéria prima, e sendo o Brasil um dos atores influentes nessa disputa, este estudo torna-se relevante por permitir um aprofundamento na questão, antevendo possíveis similaridades e abordando aspectos aplicáveis à realidade brasileira.

Para alcançar tal propósito, optou-se por realizar uma pesquisa descritiva, apoiada em recursos bibliográficos e documentais, capazes de fundamentar os argumentos e dar consistência às conclusões. Para conduzir os estudos nos moldes de trabalho científico, adotou-se a teoria da Guerra por Recursos, de Michael Klare (1942-)³, de forma a permitir explorar o tema por meio de um método de etapas encadeadas de forma lógica e sequencial.

Esta pesquisa será dividida em cinco capítulos, sendo o primeiro deles esta breve introdução. O capítulo dois apresentará os principais conceitos da teoria geopolítica de Michael Klare, contidos no seu livro *Resource Wars* (2002), a fim de que seja possível um perfeito entendimento da sua perspectiva geopolítica, principalmente no que concerne a compreensão das mudanças nos parâmetros da segurança global.

No capítulo três serão abordadas as relações dos conflitos no Delta⁴ do Rio Níger com a produção e comercialização do petróleo, seguido pelo capítulo quatro, em que buscar-se-á, norteado pela Teoria da Guerra por Recursos, elucidar a influência internacional e dos atores externos não estatais, mais especificamente as empresas transnacionais da indústria do petróleo e gás, nos conflitos do Delta do rio Níger.

O último capítulo será uma conclusão em que se pretende apresentar uma recapitulação dos itens relevantes, com suas implicações e consequências, visando dar endosso ao propósito da pesquisa.

Assim, inicia-se o estudo com a apresentação da teoria da Guerra por Recursos.

³Professor e diretor no consórcio de faculdades “Five College” em Massachusetts, é bacharel e mestre pela universidade de “Columbia” e doutor pela “Graduate School of the Union Institute”.

⁴ Para maior concisão, utilizaremos apenas parte da palavra composta fazendo referência ao Delta do rio Níger.

2 A CONSTRUÇÃO TEÓRICA DE MICHAEL KLARE

Como observado no primeiro capítulo, as guerras são fenômenos sociais de entendimento complexo que envolvem múltiplas variáveis e diversidade de motivações. A Teoria da Guerra por Recursos servirá de base no desenvolvimento deste estudo por apresentar pressupostos que orientam a pesquisa de forma coerente, auxiliando a abordagem dos fatos e fundamentando de forma lógica a análise do assunto, ressaltando seus pontos relevantes.

O fim da Guerra Fria⁵ apresentou ao mundo uma série de desafios na esfera da geopolítica e das relações internacionais. Respostas eram buscadas no intuito de compreender aquele momento, como o mundo tinha chegado até ele e quais seriam as suas implicações no futuro, mais do que isso, era necessário perscrutar e avaliar o curso dos acontecimentos ao longo dos anos e rever, de forma mais ampla, as tendências históricas no século XX.

Nesse cenário controverso e dinâmico, com inversão de papéis e mudança de concepções, muitas teorias caíram e outras novas surgiram. Dentre estas últimas está o modelo teórico de Michael Klare, que correlaciona a nova ordem política internacional com a escassez de materiais necessários para manter a qualidade do progresso e desenvolvimento, ao redor dos quais as teorias políticas ocidentais tradicionalmente foram construídas, e a importância dos recursos naturais como fonte de poder.

A seguir, apresentaremos a teoria adotada destacando as suas raízes e fundamentos dentro do contexto geopolítico atual, para em seguida abordarmos a sua correlação com a segurança nacional e o seu reflexo frente à soberania dos Estados. Ao final deste capítulo será apresentada a aplicação da teoria dentro do escopo deste trabalho.

⁵Expressão que tornou-se senso comum para denominar a existência de uma guerra não declarada, de caráter ideológico, entre os Estados Unidos da América e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas compreendendo o período de 1947 à desagregação do mundo soviético (1989-1991) (SILVA, 2004, p.417).

2.1 A Guerra por Recursos

A relação entre o poder e os interesses dos Estados, foco central das relações internacionais, passou a ser rediscutida a partir dos anos 90. Os maiores governos e economias mundiais como os Estados Unidos da América (EUA), Rússia, China e Japão, dentro de suas características peculiares de reestruturação, passaram a dar um maior peso à economia e aos recursos naturais dentro de sua estratégia de política internacional (BOOTH; SMITH, 1995). O poder militar, até então proeminente quando confrontado a outras naturezas do poder, passou a ser menos relevante, sem entretanto deixar de ter importância vital já que o mundo manteve sua característica belicista, repousando na coerção a garantia em que os poderes não militares são construídos (BOOTH; SMITH, 1995).

Tomando como exemplo os EUA, onde a tecnologia militar e alianças políticas dominavam o discurso nas relações militares, a sua estratégia atual é focada na proteção de locais ricos em petróleo, defesa de rotas marítimas e outros aspectos da segurança de recursos que se tornaram prioridade na sua política internacional (KLARE, 2002). Essa nova orientação é resultado do esforço de suprir as necessidades de seu parque industrial, cada vez mais dependente de recursos críticos importados.

Em linhas gerais, a atual concepção mundial leva a um olhar direcionado a objetivos econômicos em detrimento de interesses de ordem ideológica, com frequência dando mais ênfase a proteção de recursos críticos e rotas comerciais e, indiretamente, acentuando as preocupações com o aumento da demanda e escassez dos recursos (KLARE, 2002).

Nos últimos 50 anos do século 20 houve uma explosão demográfica no planeta, com a população saltando de 2.6 bilhões para mais de 6 bilhões de habitantes (EUA, 2015a). No mesmo período, a industrialização e o crescimento econômico resultaram de um aumento

do produto mundial bruto (GWP) de \$2.700 para \$8,500 por habitante⁶, ainda que grande parte da população mundial permanecesse na miséria (KLARE, 2002).

O crescimento e enriquecimento da população incentiva o consumo de produtos industrializados ao redor do globo, demandando matéria prima de toda a ordem de forma proporcional à escala de crescimento populacional e econômico mundial. Em 1998 a *World Wildlife Fund* (WWF)⁷ divulgou um estudo revelando o declínio drástico na disponibilidade e qualidade de recursos críticos no planeta, com uma redução de 1/3 de suas riquezas naturais entre os anos de 1970 e 1995 devido à exploração humana (KLARE, 2002).

As atuais reservas mundiais de petróleo não são suficientes para manter mais de três décadas de consumo global e estudos mostram que as reservas a descobrir, e sua capacidade de produção, não seriam capazes de suprir a crescente demanda de hidrocarbonetos mundial por mais de duas décadas⁸. Recursos energéticos não renováveis como o petróleo são críticos pela extrema dependência mundial e pela baixa expectativa de desenvolvimento de fontes de energia alternativas em tempo hábil de substituí-los sem grandes impactos econômicos, necessitando de várias décadas para o estabelecimento de uma nova matriz energética totalmente reestruturada (KLARE, 2002).

Não são apenas as fontes energéticas que sofrem ameaça de exaustão em curto prazo, os recursos necessários para mover a máquina de guerra como o ferro, cobalto, níquel ou titânio também estão se esgotando. Qualquer nação que pretenda sustentar um poder bélico significativo deve possuir a garantia do suprimento desses materiais (KLARE, 2013).

Essa visão preocupante de escassez e degradação ambiental é potencializada pelo crescimento exponencial das necessidades da sociedade moderna, demandando cada vez mais insumos e energia.

⁶ANEXO B.

⁷Organização internacional que trabalha em escala mundial em colaboração com grupos conservacionistas e traz apoio financeiro para o movimento de conservação [<https://www.worldwildlife.org>]

⁸ASPO – Association for the Study of Peak Oil [<http://www.peakoil.net>] e OADC- Oil Depletion Analysis Center [<http://www.odac-info.org>].

A atual concepção política internacional correlaciona o poder a uma relação equilibrada entre a oferta e a demanda de recursos e, visando proteger o vértice frágil dessa relação, o mundo assumiu um padrão definido (KLARE, 2002). Os países exportadores se fundamentam no máximo controle das suas fontes energéticas, mantendo um fornecimento seguro e conveniente, enquanto os importadores buscam constantemente o acesso a novas fontes, diversificando seus fornecedores, sob a pena de sofrer com irregularidades na oferta ou até mesmo subjugar-se diante da dependência energética (PRONINSKA, 2007). Como atestado pelo ex-presidente dos EUA, Bill Clinton “[...] num mundo com uma crescente demanda de energia [...] nossa nação não pode aceitar uma única região para nosso suprimento energético.” (tradução nossa)⁹

Em geral, quando um Estado contesta determinada fonte de recursos naturais e consegue, por meio de negociações ou acordos, benefícios que se sobrepõe ao desgaste político, econômico e social de um conflito armado, as tensões são solucionadas sem o uso da violência. Porém, quando os recursos são julgados vitais e a sua cessão, total ou parcial, compromete a integridade nacional ou o bem estar econômico, afetando a soberania, a segurança do Estado prevalecerá sobre as negociações, resultando de uma escalada para o conflito armado (KLARE, 2002).

A teoria da Guerra por Recursos se baseia na relação de equilíbrio entre a necessidade de recursos naturais, o acesso a esses recursos e o poder, e na forma como eles interagem nessa relação. O poder garante maior projeção e influência no cenário das relações internacionais, mas deve ser sustentado por uma oferta de insumos que supram suas demandas de crescimento econômico, bem estar social e manutenção do potencial militar. Esse crescimento, por sua vez, gera mais poder que demandará mais recursos e, conseqüentemente,

⁹ No ano de 1997 em encontro na Casa Branca com o então presidente do Azerbaijão Heydar Aliyev. No original: “[...] in a world of growing energy demand [...] our nation cannot afford to rely on any single region for our energy supplies.”

mais oferta, num ciclo crescente em que o poder e a demanda são ilimitados, mas a oferta é restrita a características existenciais do produto e a influências políticas internacionais.

Michael Klare assinala que a busca ávida pela sobrevivência fará com que a guerra moderna, mais do que qualquer outro fator motivador, seja resultado de disputas pelo acesso e obtenção de recursos naturais, baseando-se na íntima relação entre a dependência da sociedade moderna de recursos vitais, a complexidade de sua obtenção e o quanto essa relação influencia a segurança de um Estado.

O conceito de segurança será aprofundado a seguir de forma a dar fundamentação à lógica de seu raciocínio e permitir o entendimento do impacto da sua flutuação, quando relacionado à energia, nas relações políticas internacionais.

2.2 A Segurança e a Energia

A sociedade moderna evoluiu de tal forma que se tornou extremamente dependente do setor energético. Um suprimento de energia satisfatório é condição básica para o bem estar social, crescimento do Estado e sua legitimação política, assim como qualquer interrupção no seu fluxo resultará em vulnerabilidades, com prejuízos econômicos, políticos e sociais (BAUMANN, 2008).

A postura adotada por um país, baseado nos seus interesses específicos e na sua posição no mercado de energia, vai determinar a sua política de segurança energética (PRONINSKA, 2007). Como regra geral os países centrais¹⁰, na posição de importadores de insumos, buscam a garantia de suas necessidades energéticas e a manutenção da sua estabilidade econômica, adotando um conceito que associa segurança a uma demanda segura

¹⁰ Baseado em características econômicas, tecnológicas e de renda per capita, Giovanni Arrighi (1998, p.81) classifica os países em: centrais, periféricos ou semiperiféricos.

e eficiente a preços convenientes. Um exemplo é a política de segurança nacional dos EUA que, por meio da *International Energy Agency* (IEA)¹¹, define a segurança energética como “A disponibilidade ininterrupta de fontes de energia a um preço acessível” (tradução nossa)¹².

Essa definição, apesar de adotada de forma livre, sugere subjetivamente o uso ostensivo da força como recurso para salvaguardar os interesses energéticos do Estado. Em paralelo, a disponibilidade ininterrupta de fontes de energia para os países centrais, na maioria das vezes, não é viável sem que eles tenham que ir além da sua capacidade doméstica e busquem fontes internacionais. Essa relação de dependência, aliada a uma política de segurança energética ambígua, gera dúvidas acerca da possibilidade e legitimidade do uso coercitivo da força contra a soberania dos Estados ricos em recursos naturais.

Dessa forma, procurando melhor compreender o atual entendimento dado à segurança, e até onde ela poderia alcançar, abordaremos os enfoques tradicional e social-construtivista, que atualmente norteiam a política de segurança dos Estados e fundamentam o comportamento destes perante a comunidade internacional.

2.2.1 A Visão Tradicional e a Nova Agenda da Segurança

Os estudos sobre a segurança energética, assim como as políticas que deles derivam, são geralmente conformados segundo um viés tradicionalista que correlaciona diretamente a segurança com o emprego de força militar, centrada no Estado, tendo como foco principal o fenômeno da guerra, ou seja, entendem-na como o estudo das condições que desencadearão o uso da força e as consequências dele. A Segunda Guerra Mundial contribuiu para a ascensão da lógica da busca inexorável pela sobrevivência entre os Estados no âmbito

¹¹<http://www.iea.org>

¹²No original: “The uninterrupted availability of energy sources at an affordable price”

das relações internacionais. Stephen Walt (1991) define a segurança sob a seguinte ótica tradicionalista:

O estudo da segurança [...] explora as condições onde o uso da força é mais provável, as formas como o uso da força afeta o indivíduo, Estados e sociedades, e as políticas específicas adotadas pelo Estado de forma a se preparar, prevenir ou engajar na guerra (WALT, 1991, p.212, tradução nossa).¹³

Apesar de reconhecerem que o meio militar não é a única fonte de poder do Estado e que as ameaças existentes vão além daquelas de caráter estritamente bélico, os tradicionalistas desconsideram os fenômenos não militares. Para tanto, seguem uma lógica de que a expansão excessiva do universo de abordagens para o conceito de segurança o torna demasiadamente complexo, destruindo a sua coerência intelectual (WALT, 1991).

Tal conceito é contestado por adeptos de uma nova perspectiva por criar dificuldades no estudo da segurança e das relações internacionais, uma vez que desconsideram os efeitos que a interação entre segurança e energia impõe um ao outro, assim como as outras formas que a política de segurança energética pode tomar, conferindo uma visão minimalista ao tema. Ao fim da Guerra Fria tais questionamentos ganharam força, incentivando a formulação de novas propostas teóricas.

A vertente abrangente ou social-construtivista se caracteriza por um estudo maximalista e amplo de todo o contexto, observando diferentes conotações e multiplicidade de perspectivas. Este enfoque não se limita a uma única área ou nível de análise, mas incorpora também temas além dos estratégico-militares, num universo amplo e diversificado que parte do indivíduo, passando pela sociedade e chega até o meio ambiente (CIUTĂ, 2010; KRAUSE; WILLIAMS, 1996).

¹³No original: "[...] security studies [...] explore the conditions that make de use of force more likely, the ways that the use of force affects individuals, states and societies, and the specific policies that states adopt in order to prepare for, prevent, or engage in war."

No “Framework” de 1998, a obra mais conhecida da Escola de Copenhage¹⁴, os autores não segregam totalmente o enfoque tradicionalista, mas propõe uma síntese entre elementos das perspectivas tradicional e abrangente, superando ambas as abordagens (BUZAN *et al.* 1998). Essa proposta visa uma exploração das ameaças sob um olhar mais refinado que apresenta um quadro analítico amplo, incorporando novos atores que afetam a dinâmica do setor em tela, e que não necessariamente se mostram ameaças militares, evidenciando não somente relações de conflito mas, também, de cooperação e interação (BUZAN *et al.*,1998). Nesse contexto, a segurança se torna sinônimo de securitização, definido por Barry Buzan (1998, p.23) como o “movimento que leva a política além das regras do jogo estabelecidas e enquadra a questão como um tipo especial de política ou como [algo] acima da política” (tradução nossa)¹⁵.

Enquanto os tradicionalistas vinculam o estudo da segurança à existência de ameaças objetivas concretas, os construtivistas consideram que as ameaças à segurança são socialmente construídas, podendo ser o resultado de uma ameaça direta, mas também por uma ação a terceiros ou omissão. Os Enfoques abordados diferenciam-se apenas na forma como o Estado se observa frágil ou se sente ameaçado perante uma determinada questão ou agente, coadunando no fato de considerarem legítimo o uso da força quando há comprometimento da soberania ou integridade do Estado.

Dessa forma, considerando a energia como uma questão crítica de segurança, fica evidente o entendimento comum da legitimidade do uso da força em sua defesa.

Além de legitimar o uso da força, a energia dá um novo alcance às ações que fogem das restrições normais dos procedimentos políticos. Abordaremos a seguir a abrangência da segurança quando relacionada à energia.

¹⁴Grupo de pesquisadores antitradicionalistas do Copenhagen Peace Research Institute (COPRI) que, a partir de 1988, desenvolveram pesquisas no campo da segurança. O COPRI tem a finalidade de promover estudos para a paz e, nos dias de hoje, constitui referência na área de segurança internacional.

¹⁵No original: “security” is the move that takes politics beyond the established rules of the game and frames de issue either as special kind of politics or as above politics.”

2.2.2 O Alcance da Segurança Energética

Arnold Wolfers (1952, p.485), ao comparar riqueza, poder e segurança, afirmou que esta última “[...] mede a ausência de ameaças para os valores adquiridos [...]” (tradução nossa)¹⁶, ampliando o alcance da segurança para além da proteção física do espaço territorial. Sob esta concepção, qualquer insegurança energética torna-se uma ameaça à soberania do Estado por afetar os seus valores centrais como a estabilidade política, segurança individual e equilíbrio econômico (BAUMANN, 2008).

A busca por sustentabilidade, competitividade e o fornecimento seguro de suprimentos são os principais aspectos da política energética (BAUMANN, 2008). Entretanto, em face à crescente dependência de suprimentos externos e da dinâmica complexa no cenário das relações internacionais, eles se tornam insuficientes para estabelecer um modelo analítico verossímil. Florian Baumann (2008) define a segurança energética conforme a seguinte correlação:

Segurança energética é mais do que sustentabilidade, competitividade e suprimento seguro. Esse é um conceito multidimensional, incluindo ações externas e internas. [...] Dessa forma, apenas uma aproximação integrada, que combine todos os diferentes aspectos da segurança energética, pode obter sucesso. (BAUMANN, 2008, p.4, tradução nossa)¹⁷

A política energética adquiriu uma concepção multilateral em que os agentes interagem de forma relevante e interdependente. Para muitos países o acesso a reservas internacionais, seja por acordos comerciais, alianças políticas ou imposição da força, torna-se a única saída viável para garantir um suprimento futuro adequado de materiais essenciais, uma vez que suas fontes domésticas não suprem toda a demanda requerida para manter a economia sustentada (KLARE, 2002, 2013).

¹⁶No original: “[...] measures de absence of threats to acquired values [...]”.

¹⁷No original: “Energy security is more than sustainability, competitiveness and secure supply. It is a multidimensional concept, including external as well as internal action.[...] Thus only an integrated approach, that combines all the different aspects of energy security, can be successful”.

Em se tratando de energia, não há espaço para isolamentos na atual concepção de mundo globalizado. Dentro dessa ótica, a segurança, quando relacionada à energia, adquire sua característica absoluta e distende o seu alcance, assumindo caráter global.

Dessa forma, observando a visão e o alcance conferidos à segurança pela energia, podemos inferir que há um entendimento na comunidade internacional de que a segurança energética, legitimamente respaldada pela proteção à soberania, pode obrigar ao uso da força atuando de modo abrangente, onde esta se fizer necessária.

Ao organizarmos as conclusões anteriores observamos o fundamento da construção teórica de Michael Klare. Numa era em que a escassez e as necessidades humanas prevalecem, os recursos naturais adquirem uma nova perspectiva dentro do contexto geopolítico mundial, tornando-se questão de soberania dos Estados e impulsionando a segurança energética a uma nova dimensão. Os recursos naturais tornam-se, então, o cerne das relações internacionais e o princípio fundamental na ameaça à paz mundial.

Isso posto, utilizar-se-á da teoria abordada para balizar esta pesquisa em duas etapas, sendo a primeira exposta no próximo capítulo, em que abordaremos a importância do petróleo na região do Delta e os conflitos a este relacionados. Para isso, nos fundamentaremos em documentos e bibliografia referentes ao assunto, focando a pesquisa na moldura temporal compreendida entre as eleições de 1999 e a instituição do programa de anistia em 2009, de forma a expor pontos relevantes, correlacionar fatores determinantes e revelar informações históricas pertinentes.

A segunda etapa dar-se-á no capítulo quatro em que buscaremos deslindar a influência estrangeira e seus interesses, abordando os conflitos sob a ótica internacional e analisando a sua correlação com os dados colhidos no capítulo três.

3 O PETRÓLEO NIGERIANO E OS CONFLITOS

Este capítulo tem o propósito de desvelar os principais interesses dos atores internos mais influentes nos conflitos do Delta do Níger, sua importância e participação, além de analisar a sua correlação e o reflexo nas disputas.

Versaremos, inicialmente, sobre a atuação do petróleo dentro da economia da Nigéria de forma a dimensionar a sua importância em relação ao país e consolidar a sua posição dentro da abordagem realizada.

Apesar da ênfase da pesquisa ser a década pós-eleições de 1999, um breve histórico dos conflitos se faz necessário para contextualizar os fatos, permitindo uma observação mais clara e profunda dos atores dentro do cenário em que as contendas se desenvolveram, tornando compreensível a dinâmica dos acontecimentos no período em tela.

Finalmente, será abordada a relação entre os atores internos mais significativos, procurando discernir os seus objetivos, pontos de vista, atuação e como eles interagem e se relacionavam coletivamente.

3.1 O Petróleo Nigeriano

No ano de 1950, a companhia americana “Tennessee Oil Company” começou a explorar petróleo no Estado nigeriano de Bayelsa¹⁸, mas o petróleo só começou a ser explorado em 1956 e exportado em 1958, quando a companhia Shell¹⁹ começou a retirar petróleo do campo de Oloibiri, nesse mesmo Estado. Após as descobertas iniciais, novas explorações encontraram reservas de material de alta qualidade próximos à costa nigeriana,

¹⁸ ANEXO A.

¹⁹ <http://www.shell.com.br>

tornando o petróleo cada vez mais relevante dentro da sua economia; porém, foi somente com a crise mundial do petróleo de 1973 que este se tornou definitivamente o alicerce econômico do país (IBABA, 2008; WATTS, 2004).

Com uma larga variedade de riquezas naturais, a economia do Estado mais populoso do continente africano é basicamente estruturada na extração e comercialização de petróleo e gás natural. O combustível fóssil é responsável por 40% do seu PIB, contribuindo com 80% do orçamento do Governo e 96% dos ganhos com o comércio exterior²⁰, evidenciando uma larga dependência econômica do país às atividades relacionadas ao setor petrolífero (WATTS, 2004).

O Delta do rio Níger abriga quase a totalidade das áreas de produção de petróleo e gás da Nigéria²¹. A região é composta por nove estados²² e foi responsável, no ano de 2010, por mais de 90% de toda a receita Nigeriana, sendo a fonte de riqueza do país e base da sua economia (HALLESON, 2009). Paradoxalmente, é considerada uma das áreas mais pobres, menos desenvolvidas e menos favorecidas da Nigéria, possuindo pouca participação no gerenciamento dos recursos do petróleo e nenhum controle sobre a infraestrutura petrolífera, enquanto as transnacionais e elites do governo nigeriano se beneficiam da uberdade da região (OBI; RUSTAD, 2010).

Após a crise do petróleo de 1973, e apesar das riquezas e diversidade de recursos naturais, a arquitetura econômica e administrativa nigeriana desenvolveu-se fundamentada basicamente no seu promissor setor petrolífero, tendo na região do Delta o seu pilar. O resultado desse comportamento, melhor compreendido após subsequente análise da evolução histórica, foi a severa dependência do país no setor e a alienação e degradação social de sua região mais rica.

²⁰AFRICAN..., 2015, p.3.

²¹ANEXO C.

²²ANEXO A.

3.2 A Evolução Histórica dos Conflitos

Os conflitos e tensões na região do Delta do rio Níger iniciaram-se logo após a independência da Nigéria no ano de 1960 como consequência indireta do neocolonialismo. O processo de abertura política foi pacífico com os britânicos colaborando, dentro de sua conveniência, com as elites nacionalistas nigerianas para gradualmente se estruturar um sistema de governo independente (FIRST, 1970). O regime pós-colonial, ao contrário, foi marcado por constantes crises políticas com raízes étnicas e religiosas, alternando-se governos democráticos e ditaduras, assolados por sucessivos golpes militares, até se estabilizarem com a quarta república nas eleições de 1999 (LEWIS, 2011).

Após a independência, a Nigéria tornou-se uma Federação com três Estados fortes (Leste, Oeste e Norte) e um Governo central fraco. A política governamental desfavorecia as minorias étnicas, incentivando a rivalidade em uma região assolada por severos problemas sociais, políticos e econômicos e com uma larga diversidade étnica e religiosa (OBI; RUSTAD, 2010).

Esse cenário instável contribuiu para que, em 1966, ocorresse uma violenta tentativa de golpe de Estado, motivado principalmente por diferenças étnicas. Reprimido pelo Governo, o movimento converteu-se em secessão e guerra civil no ano de 1967. Na chamada Guerra de Biafra²³ mais de um milhão de nigerianos morreram e o petróleo, até então coadjuvante, assume papel de destaque na política da região (OBI; RUSTAD, 2010).

À época da independência, a economia nigeriana era baseada na exportação de produtos agrícolas e os rendimentos com a comercialização do petróleo não tinham impacto significativo (IBABA, 2008). Com a crise do petróleo de 1973, o governo da Nigéria

²³Em janeiro de 1966, um grupo de militares da etnia Ibo dão um violento golpe de estado assassinando o primeiro-ministro e os governadores da região norte e oeste da Nigéria. Seis meses depois sofrem um contra-golpe de militares do norte. Os líderes políticos Ibo refugiam-se na região do Delta do rio Níger e decidem por separar seu território, declarando a República de Biafra.

modificou as suas características institucionais e administrativas, fazendo do petróleo a fonte de receitas dominante do país. A consequência direta dessas transformações foi a alienação da população do Delta, mais visível na esfera social pela pobreza, violência e militarização da região (LEWIS, 2011). O petróleo fez emergir uma política econômica baseada na violência, com raízes nas disputas por poder e recursos em todos os níveis e estágios da produção, armazenamento e distribuição do petróleo (OBI; RUSTAD, 2010).

Esse cenário de descaso e negligência do Estado é o cerne da insatisfação das comunidades do Delta e origem das tensões, divididas por Owugah (1999 *apud* IBABA, 2008) em quatro fases distintas.

A primeira fase ocorreu no início dos anos 1980, com as comunidades utilizando recursos legais para reivindicar, das companhias de petróleo, compensações financeiras por danos às suas propriedades.

Diante da inocuidade das reivindicações e da indiferença do Estado, as contestações evoluíram para manifestações pacíficas de insatisfação popular e ocupação de estações petrolíferas, reprimidas violentamente pela polícia e Governo, caracterizando-se assim a segunda fase de tensões.

Na terceira fase de Owugah, segunda metade dos anos 1990, militantes crédulos de que os protestos pacíficos não atingiriam o propósito desejado assumem uma postura mais agressiva, com ocupações forçadas de estações de petróleo, sabotagens, sequestros e violência contra as companhias de petróleo e seus funcionários. A produção petrolífera foi completamente paralisada entre 1996 e 1998 devido à crise e o Governo Federal declarou estado de emergência²⁴, movimentando tropas pra região do Delta (OBI; RUSTAD, 2010; OWUGAH, 1999 *apud* IBABA, 2008).

²⁴Condição declarada pelo governo na qual é aplicada a lei marcial, usualmente devido a distúrbios civis ou desastres naturais.

As eleições de 1999 trouxeram uma expectativa não duradoura de paz, logo desvanecida com a continuidade dos conflitos de forma mais intensa. Com a perda na produção e exportação de petróleo estimada de 25% a 40%, a quarta fase foi caracterizada pela escalada da violência e mudança dos objetivos dos militantes. A compensação financeira e participação nos lucros cedia espaço para a posse e controle total dos recursos naturais do Delta (OBI; RUSTAD, 2010; OWUGAH, 1999 *apud* IBABA, 2008).

Essa mudança de objetivo foi o resultado da falta de confiança das comunidades em suas próprias lideranças tradicionais, fazendo emergir uma juventude revolucionária que mudou o foco do conflito no ano de 2006 (IBABA, 2008). Utilizando a violência, os militantes passaram a ter acesso à produção do petróleo e a vendê-lo ilegalmente, gerando o capital necessário para a compra de armamentos, munição e suprimentos, essenciais para o estabelecimento da insurgência²⁵. Transitando numa fronteira nebulosa entre a luta política armada e o banditismo, os ataques deixaram de ser limitados às transnacionais e a seus funcionários e passaram a ocorrer em locais públicos, visando também políticos e seus familiares, com um aumento dramático na quantidade de sequestros e agressões (IBABA, 2008).

Os conflitos na região do Delta iniciaram-se como reflexo direto do processo de independência, em que se estruturou um governo baseado em favorecimentos étnicos. As tensões adquiriram um viés social e econômico após a crise do petróleo de 1973, como resultado do perfil político e administrativo negligente adotado pelas instituições governamentais. O descaso e a omissão do Estado levaram os protestos, inicialmente pacíficos, à violência e culminaram em luta armada com uma clara mudança de objetivo: a posse e controle total do petróleo.

²⁵Insurgency is the organized use of subversion and violence to seize, nullify or challenge political control of a region. As such, it is primarily a political struggle, in which both sides use armed force to create space for their political, economic and influence activities to be effective. (EUA., 2009, p.2).

Essa transmutação de perfis e objetivos é o resultado da interação entre as comunidades do Delta, o Estado e as Transnacionais do petróleo, cuja análise nos permite compreender suas perspectivas dentro da dinâmica dos eventos citados.

3.3 A Comunidade, o Estado e as Companhias de Petróleo

Como consequência da Guerra de Biafra, pelo decreto nº 51, o *Petroleum Act* de 1969, o Governo Federal da Nigéria assumiu a propriedade da indústria petrolífera e passou a ter total controle sobre o petróleo, além do direito exclusivo de conceder licenças para companhias exploradoras. O Estado adotou, em paralelo, uma política de distribuição das receitas do petróleo desfavorável à região do Delta, reduzindo paulatinamente a sua parcela de contribuição de 50% em 1966 para 3% na década de 1990 (OBI; RUSTAD, 2010). A região da Nigéria mais rica em petróleo perdia seu poder sobre seus próprios recursos e era a menos favorecida pelos benefícios destes, enquanto outras regiões enriqueciam utilizando-se das suas benesses.

Sem ter uma economia diversificada e sendo incapaz de se sustentar em outras atividades, a Nigéria se tornou extremamente dependente do petróleo. Em parceria com o Estado por acordos tipo joint ventures²⁶ e contratos de partilha de risco, as companhias transnacionais chegaram a produzir mais de 80% de todo o petróleo nigeriano, tornando-se a porta de entrada das receitas do país e assumindo um papel vital dentro da política estatal (OBI; RUSTAD, 2010). O Estado, em contrapartida, emitia licenças e concessões para exploração, regulamentava as taxas de exploração, royalties e incentivos fiscais, além de estipular preços e instituir políticas de proteção ambiental. A segurança física das instalações

²⁶Associação provisória entre empresas para execução de um determinado projeto comercial, dividindo as obrigações, os riscos e os lucros.

petrolíferas era provida pelo Estado, que ainda manipulava o judiciário regulando as disputas legais envolvendo as comunidades e as companhias transnacionais (FRYNAS, 2000; OBI; RUSTAD, 2010).

Essa parceria de conveniência foi extremamente prejudicial à máquina estatal, abrindo espaço para favorecimentos políticos, corrupção e estagnação do desenvolvimento do país, além da exploração dos recursos de forma desmedida e danosa pelas transnacionais sob a égide estatal. Charles Ukeje (*apud* OBI; RUSTAD, 2010) define a relação entre o Estado e as Transnacionais da seguinte forma:

Multinacionais, Companhias locais de petróleo e o Estado da Nigéria estão presos numa relação complexa, opaca e muito frequentemente incestuosa na qual cada parte recorre à outra para sustentar e promover interesses mútuos (UKEJE *apud* OBI; RUSTAD, 2010, p.94, tradução nossa)²⁷.

Alterando seus padrões tributários, direcionando recursos e centralizando rendas, o Governo gerou clientelismo e uma corrupção endêmica que acometia tanto o governo e as transnacionais como as lideranças das comunidades do Delta, que desviavam grande parte da verba destinada ao desenvolvimento social da região (IMOBIGHE, 2004). As transnacionais, em vez de empreender um trabalho responsável e eficiente junto às comunidades locais em busca de melhorias sociais, encontravam no benefício pessoal de políticos e líderes comunitários um caminho mais rápido e barato para solucionar seus problemas com a população, melhorar seus lucros e desembaraçar sua burocracia.

Historicamente dependentes da pesca e da economia de subsistência, as comunidades do Delta viam nas transnacionais as responsáveis diretas pela degradação ambiental do ecossistema do qual dependiam, imputando ao governo a responsabilidade pela negligência nos acordos de exploração do petróleo. As transnacionais, por outro lado, se eximiam das responsabilidades ambientais e sociais alegando o total cumprimento dos

²⁷No original: “[...] multinational and local oil companies and the Nigerian state are locked in a complex, opaque and very often incestuous relationship in which each party looks to the other to sustain and advance mutual interests.”

acordos assinados, apontando o Estado como o agente responsável por desenvolver políticas de responsabilidade social (IMOBIGHE, 2004).

As articulações políticas e administrativas, má gestão das receitas nacionais, corrupção, negligência assistencial do Estado, inconsistências e favorecimentos direcionaram a riqueza obtida, em grande parte oriunda da região do Delta do rio Níger, para uma pequena parcela privilegiada da população. A consequência dessa orientação governamental foi um profundo ressentimento das minorias étnicas com os grupos majoritários de regiões não produtoras de petróleo, que dominavam o governo e se beneficiavam da riqueza da região (WATTS, 2004).

A relação de interesses e dependência entre as transnacionais e o Estado era autossustentável ao mesmo tempo em que consumia a si mesma, se equilibrando no vértice frágil do poder soberano do Estado nigeriano. A população negligenciada do Delta via nas transnacionais as responsáveis diretas pelo seu infortúnio, degradando seu ambiente e levando as suas riquezas escorada no Estado, que reiterando sua posição de compromisso, reprimia com violência qualquer possível ameaça ou questionamento de reestruturação na sua máquina burocrática ou administrativa.

Os conflitos e a violência, agravados após 1999 e com ápice em 2006, foram resultado de uma economia transnacional do petróleo que operava por um complexo nebuloso envolvendo diversos atores. Apoiadas no monopólio estatal, grandes empresas petrolíferas atuavam em parceria com uma companhia nacional, sendo respaldadas por artifícios governamentais e autorizações legais. Aparatos de segurança protegiam os investimentos realizados na infraestrutura petrolífera e asseguravam o fornecimento contínuo do hidrocarboneto, mantendo o fluxo de renda para as transnacionais e para o Estado, enquanto uma política negligente de derivação e distribuição das receitas federais assegurava a aplicação dos recursos de forma conveniente à máquina estatal.

Ao desprezar a relação fundamental com seu povo, o Estado, encerrado em seu vínculo com as transnacionais, abdicou de suas obrigações políticas e deixou de garantir os elementos essenciais à sua existência e à manutenção da ordem. A ruptura do contrato social²⁸ suscitou, no povo, o sentimento de ilegitimidade do governo, cerne da insurgência e dos conflitos.

Há de se considerar, entretanto, que o Estado sofria também uma forte ingerência de forças externas, norteadas pelo cenário político internacional, conjugando seus interesses à posição da Nigéria dentro do contexto energético mundial.

Dessa forma, observaremos a seguir como a Nigéria e seu petróleo eram vistos sob a lente internacional, quais os interesses estrangeiros e como eles influenciaram na política nigeriana e, conseqüentemente, nos embates na região do Delta.

²⁸Termo cuja origem remonta ao conjunto de teorias que procuram definir a origem da formação dos Estados, onde estes seriam o resultado de um acordo social, ou contrato, no qual os indivíduos reconhecem uma autoridade soberana e se submetem a um conjunto de regras, regime político ou governante, abrindo mão de certos direitos em favor de vantagens de ordem social.

4 A NIGERIA E O MUNDO

Os conflitos na região do Delta geraram instabilidade política e interromperam a produção e fornecimento do petróleo, ameaçando bilhões de dólares de investimentos de empresas ocidentais (OBI; RUSTAD, 2010). Por razões políticas, estratégicas e econômicas, esses conflitos se tornaram foco de preocupação internacional, principalmente após a escalada da crise e eclosão da insurgência em 2006, por envolver questões que afetavam a segurança energética mundial.

Para uma clara percepção da atuação dos atores externos dentro da economia e política nigeriana é necessário, inicialmente, que tratemos o tema com uma visão maximalista, permitindo o claro entendimento da posição da Nigéria como potencial energético dentro do sistema mundo. Dessa forma, estabelecemos uma base que nos possibilite abordar, mais a frente, os interesses internacionais na região e a sua influência no desenvolvimento dos conflitos.

4.1 O Petróleo Nigeriano no Contexto Mundial

A Nigéria possui a décima maior reserva de petróleo e gás natural do mundo, com 37,14 bilhões de barris, o equivalente a 2,24% das reservas mundiais e 29,3% de todo o petróleo do continente africano²⁹. É o décimo terceiro maior produtor mundial de petróleo e maior produtor e exportador da África, produzindo 2.2 milhões de bpd³⁰ em 2004 e 2.5 milhões de bpd em 2007³¹, havendo à época projeções de ultrapassar a produção de 4.4 milhões de bpd em 2020, batendo grandes países produtores como Irã, Canadá, México e

²⁹EUA, 2015b.

³⁰Barril de petróleo ao dia (o barril equivale aproximadamente a 158,98 Litros).

³¹EUA, 2015b.

China. Na década após as eleições de 1999, a Nigéria extraiu cerca de 21,1 milhões de bpd, contribuindo com cerca de 2,35% do total da produção mundial no período, comprovando sua participação relevante no mercado internacional de energia (EUA., 2015b).

Os números e indicadores, apesar de darem uma ideia geral do volume produzido e comercializado e da amplitude das reservas existentes, não levam em consideração a qualidade do material extraído, o que influencia diretamente o preço do produto e desconecta os índices existentes dos ganhos reais do mercado. O baixo teor de enxofre faz o petróleo do Delta ser considerado de alta qualidade, atribuindo-se a ele uma importância ainda maior dentro do contexto energético mundial (IBEANU, 2000).

Em termos regionais, algumas projeções do início dos anos 2000 estimavam que a África, alavancada pela produção do Golfo da Guiné, seria a segunda maior produtora de petróleo no mundo ao final da década, perdendo apenas para a gigantesca produção do Oriente Médio e desbancando regiões como América do Norte, Rússia e Europa³². Em representação oficial realizada em março de 2000 para o Congresso Norte Americano³³, a *Petroleum Finance Company* (PFC)³⁴ reconheceu a significativa importância do petróleo nigeriano para a economia estadunidense, com especial atenção dada ao valor estratégico do petróleo do oeste africano, cuja alta qualidade e baixo custo das reservas resultou de um substancial investimento de capital estrangeiro (WATTS, 2004).

O grande potencial produtivo das reservas nigerianas e a excelente qualidade de seu petróleo, fizeram-na despontar dentre os principais países produtores de petróleo. A cobiça atraiu o olhar do mundo para o Delta do Níger, inserindo a política e os interesses internacionais como mais uma variável no já complexo cenário da região. A seguir abordaremos esses interesses, procurando observar como eles se traduziram em ações e como influenciaram nos conflitos.

³²ANEXO E.

³³US congressional international relations committee/sub-committee on Africa.

³⁴Atual PFC Energy. [<http://pfcenergy.com>].

4.2 O Interesse Internacional

Muitos fatores colaboram para tornar o continente africano atraente ao investimento internacional, a começar pelo baixo custo de produção, que engloba todo o valor necessário à exploração e produção de poços petrolíferos comparados ao valor de mercado do barril. O custo de produção do petróleo africano é o segundo menor do mundo, atrás apenas do Oriente Médio. De acordo com o *World Energy Investment Outlook* (INTERNATIONAL..., 2003, p.108), enquanto a média do custo de produção africano em 2001 era de US\$ 8.000,00 por barril ao dia, o custo do barril chegava a US\$ 12.000,00 na Ásia. Comparando o custo do barril com o alto valor de venda do petróleo de alta qualidade nigeriano temos uma elevada razão custo-benefício de produção.

O continente africano também proporciona, em termos relativos, o maior excedente de petróleo exportável³⁵ do mundo. Em 2007 a África consumiu apenas 3,58% de todo o petróleo produzido no mundo e contribuiu com 12,31% da produção (EUA, 2015b).

De acordo com a British Petroleum (2006, p.20), os EUA, a Europa e a China eram os principais mercados importadores do petróleo subsaariano no ano de 2005, com considerável valor exportado também para o restante da Ásia. De 1999 a 2009 a Nigéria exportou para os EUA, seu principal mercado consumidor, uma média de 931.000 bpd, o que representa 8% de todo o óleo cru e derivados do petróleo importados pelos EUA na década³⁶. Em 2010 a Nigéria era a quinta maior fornecedora para o mercado norte-americano e, em conjunto com outros Estados do Golfo da Guiné, supria 12% a 18% das importações norte-americanas (OBI; RUSTAD, 2010, p.10).

³⁵Excedente não utilizado pelo país produtor, podendo ser revertido em exportação e lucro para os investidores estrangeiros.

³⁶ANEXO D.

O Fórum de cooperação China-África realizado em Pequim no ano 2000 demonstrou que a China, após anos de crescimento acelerado, também estava voltando suas atenções ao mercado energético africano, com acordos de grandes investimentos conjuntos e desenvolvimento de projetos na África, inclusive na região do Delta e Golfo da Guiné. Segundo maior mercado consumidor de energia do mundo, a entrada da China na África é observada com cautela pelos países ocidentais, principalmente pelos EUA, que com possível perda de espaço para o capital chinês, a tem como uma ameaça aos seus interesses políticos e econômicos (ARRIGHI, 2005).

No início deste século o cenário internacional se moldava sinalizando uma reestruturação no complexo energético mundial. As grandes economias viam o continente africano como um veio de sustenção na busca pela diversificação e manutenção de suas fontes energéticas, principalmente em países como Nigéria, Angola e Sudão e suas gigantescas reservas de excelente qualidade. Os enormes lucros compensavam os riscos de se operar em um ambiente beligerante, caótico e hostil, mostrando nas palavras de Oyefusi (2007) a cobiça internacional por recursos energéticos e o grande potencial da região:

Apesar do grande risco político, da escalada dos conflitos civis e do crescimento de litígios relacionados ao petróleo [...] potenciais e atuais lucros na indústria petrolífera do país tem-na feita muito atrativa para os investimentos estrangeiros (OYEFUSI, 2007, p.4, tradução nossa)³⁷

O custo de produção altamente atraente, aliado ao mercado consumidor mundial amplo e competitivo, envolveu a Nigéria no centro de uma disputa acirrada de interesses. Diversas ações externas foram empreendidas em busca do estabelecimento de vínculos políticos e econômicos, no intuito de contribuir para a concretização das predileções dos atores internacionais. A violência e as tensões na região, principais obstáculos entre a demanda

³⁷No original: "Despite the high political risk, the escalation of civil conflicts and rise in oil related litigations [...] potential and actual profits in the country's oil industry has made it very attractive to foreign investors."

e a produção de petróleo, não reprimiram a ambição estrangeira, entretanto se mostravam poderosas ameaças à petropolítica estatal ora estabelecida e deveriam ser, portanto, coibidas.

Abordaremos a seguir a forma como a violência no Delta foi observada pela comunidade internacional, bem como as ingerências realizadas.

4.3 A Violência e a Intervenção Internacional

A perspectiva dominante da petroviolência no Delta do Níger atraía a atenção das potências ocidentais, particularmente dos EUA, interessado em assegurar a produção, diversificando o seu mercado fornecedor e reduzindo a sua dependência do petróleo do Oriente Médio (BUZAN; WAEVER, 2003). O ambiente violento e belicista mostrou-se um desafio a ser enfrentado desde o início das tensões, tornando-se crítico com a irrupção da insurgência por ameaçar não somente a produção, mas também a influência estadunidense na região. Analisaremos a seguir a postura adotada pelo ocidente, em especial pelo EUA, no intuito de proteger o seu investimento e garantir o reestabelecimento da ordem e da produção de petróleo.

No ano 2000 o Departamento de Estado Norte Americano classificou a região do Delta, em sua enciclopédia anual do terrorismo, como uma área sensível dominada por grupos étnicos desfavorecidos economicamente que utilizam da violência como forma de obter recursos financeiros (WATTS, 2004). De forma conveniente ao Estado nigeriano, os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, e a subsequente guerra global ao terror empreendida pelos EUA, criaram o ambiente propício para classificar os acontecimentos do Delta como atos criminosos de terrorismo, visando atingir os interesses ocidentais, com possíveis conexões a outras organizações internacionais.

Ao categorizar as ocorrências no Delta como atos terroristas, os EUA alinham-se ao Governo Nigeriano e mudam o foco da abordagem do conflito de ações que buscam a autodeterminação sobre uma região para atos de violência em busca de benefício próprio de indivíduos ou grupos étnicos. Ao desqualificar o movimento insurgente, desconsiderando o complexo contexto social e histórico dos fatos, justificou-se o processo de securitização do Estado nigeriano e a repressão violenta aos insurgentes, importantes na estratégia de suprimento energético para potências globais dependentes do petróleo. A posição adotada pelos EUA confirma que o Delta do Níger tem “[...] importância estratégica fundamental para a segurança energética estadunidense e de seus interesses nacionais, a serem assegurados, se necessário, por meios militares.” (OBI; RUSTAD, 2010, p.10, tradução nossa)³⁸.

No primeiro semestre de 2008 a promessa de ajuda militar do Reino Unido à Nigéria, como uma forma de garantir a segurança no Delta, e já observando possíveis interesses na rica região do Golfo da Guiné, sugere a forma como as reivindicações dos insurgentes nigerianos foram observadas e sistematicamente criminalizadas num contexto global (BARKER; BLITZ *apud* OBI; RUSTAD, 2010).

A aparente preocupação internacional, de caráter humanístico e social, é questionada por Charles Ukeje (2010), que sintetiza os reais interesses internacionais, segundo seu ponto de vista:

[...] Até o momento, a principal preocupação dos maiores parceiros externos da Nigéria tem sido mais com o acesso aos recursos petrolíferos do país do que qualquer compromisso genuíno para a sua estabilidade e desenvolvimento. [...] isto é, em parte, a lógica central sutilmente conduzindo os cálculos geoestratégicos dos principais países ocidentais, e de importantes países consumidores de petróleo, como a China e a Índia, perante produtores chave de petróleo na África (UKEJE *apud* OBI; RUSTAD, 2010, p. 96 – 97, tradução nossa).³⁹

³⁸No original: “[...] the Niger Delta [...] is of key strategic importance to US energy security and national interests, to be secured, if need be, by military means.”

³⁹No original: “[...] To date, the principal concern of Nigeria’s major external partners has been more with gaining access to the country’s oil resources than any genuine commitment towards its stability and development. [...] this is partly the central logic subtly driving the geostrategic calculations of major Western countries, and that of major oil-consuming nations such as China and India, vis-à-vis key oil producers in Africa.”

Com o Delta do Níger como parte constituinte da fronteira petrolífera do Oeste Africano, este investe-se de relevância estratégica e torna-se de fundamental importância para a segurança energética e interesses internacionais. A estratégia adotada pelas grandes nações para salvaguardar seus interesses energéticos foi a garantia do acesso ao petróleo pela força, legitimada como combate ao terror. O ocidente demonstrou seu alinhamento com a política de militarização da região gradualmente intensificando seu apoio ao aparelho de segurança do Estado nigeriano.

A política internacional, como visto, se articulou de maneira a interferir diretamente nos conflitos dando apoio político à militarização do Estado nigeriano, conforme seus interesses e sua conveniência, em vez de incentivar políticas sociais e econômicas com resultados sólidos e concretos, porém a longo prazo.

A ingerência externa, entretanto, não se limitou às ações diretas empreendidas no cenário político internacional. É importante observar, também, a sua atuação indireta, muitas vezes pouco percebida e discreta, por meio das transnacionais como veículo de influência dentro do Estado nigeriano. Discorreremos a seguir sobre esse tema.

4.4 As transnacionais como ferramenta de poder

As transnacionais correspondem às corporações industriais, comerciais e de prestação de serviços que possuem sede em seu país de origem mas desempenham atividades ultrapassando seus limites territoriais. Atrás de vantagens econômicas, novos mercados, matéria prima ou mão de obra barata, traçam suas estratégias e organizam sua produção utilizando bases internacionais. Seu alcance global resulta em grande poder econômico, com algumas transnacionais chegando a movimentar um volume de recursos superior ao PIB de

alguns países, o que faz com que as empresas sejam atraídas por uma série de benefícios e incentivos oferecidos pelo Estado, que busca a contrapartida social na geração de novos postos de trabalho, promoção da industrialização, desenvolvimento da região e, principalmente, nos vultosos investimentos que geralmente as acompanham.

Cinco das sete empresas que dominam a indústria mundial do petróleo são estadunidenses. Atuando em cartel elas fazem com que muitos dos países da OPEP⁴⁰ se dobrem frente aos caprichos dos conglomerados do petróleo, mostrando a dimensão do seu poder e definindo a direção política que julgam pertinentes, sendo mais poderosas do que muitos governos nacionais (IKEIN *et al.*, 2008).

O Estado observa no comportamento das transnacionais a influência de decisões externas oriundas da sua matriz, ou o que é ainda mais contundente: sofrendo o influxo indireto de decisões de outros países por meio das transnacionais, produzindo efeitos internos no âmbito doméstico (DALLARI, 1981). Esforços de companhias de petróleo estadunidenses para extrair petróleo de regiões do Mar Cáspio foram determinantes para que o governo dos EUA buscasse assinar, nos anos 90, acordos com países como o Cazaquistão, numa clara demonstração do poder e influência dessas empresas dentro da política externa e das relações internacionais (KLARE, 2002).

Alguns Estados aproveitam a grande capacidade de penetração das transnacionais e as utilizam como veículos estratégicos de articulação política e econômica para impor as suas vontades, garantir interesses, ou ainda, criar relações de poder e dependência (DALLARI, 1981). As transnacionais, por sua vez, tem em seus Estados de origem o que Ana Lucia Guedes⁴¹ (2000, p. 56) chamou de “mercados sagrados”, responsáveis por grande fatia dos seus rendimentos, além de laços étnicos e culturais que em conjunto influenciam

⁴⁰Organização dos Países Exportadores de Petróleo: Organização internacional que estabelece e coordena a política petrolífera de seus países membros, controlando preços e definindo estratégias de produção.

⁴¹Ana Lucia Guedes é Ph.D. em Relações Internacionais pela London School of Economics (LSE) e Professora do Programa de Mestrado em Administração da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR).

diretamente na filosofia de gerenciamento dessas empresas, alinhando-as aos seus países de origem. Dessa forma, Guedes atesta que as transnacionais, apesar de operarem num sistema internacional independente, são ferramentas de poder com orientação política definida vinculada ao seu Estado original:

[...] não deve ser assumido que as empresas transnacionais são redes dispersas de poder ou agentes sem poderes em um mundo globalizado. Em realidade, as empresas transnacionais ainda possuem um centro de poder e influência, em que decisões estratégicas são tomadas, localizado nos países industrializados (GUEDES, 2000, p.58)

O poder político das transnacionais resulta da confluência dos interesses delas e do Estado, aliado à vulnerabilidade deste Estado em relação às atividades da empresa, ou seja, quanto mais o Estado depende economicamente de um produto específico, maior o poder das transnacionais na política deste Estado e mais vulnerável ele é frente a essas corporações. Esse poder se potencializa quando as empresas transnacionais atuam em locais com baixo nível de desenvolvimento e que não são capazes, por si só, de explorar e usufruir comercialmente dos seus próprios recursos naturais, dependendo da tecnologia, investimentos e recursos humanos estrangeiros para tal (SARFATI, 2008).

No ano de 2005 praticamente todas as grandes companhias de petróleo do mundo atuavam na Nigéria, mas as grandes Shell, Chevron-Texaco⁴² e Exxon-Mobil⁴³ dominavam a produção em parceria tipo Joint Venture com a estatal *Nigerian National Petroleum Corporation* (NNPC)⁴⁴, que era beneficiada com 60% do petróleo produzido (OPEC, 2006). Outras empresas estrangeiras menores, geralmente classificadas como independentes, também atuavam no país, normalmente com contratos de risco. Nos anos 90, o governo da Nigéria emitiu 38 licenças para companhias nacionais, mas nenhuma delas foi capaz de marcar presença no setor de forma significativa (OBI; RUSTAD, 2010).

⁴² <http://www.chevrontexaco.com>

⁴³ <http://www.exxonmobil.com>

⁴⁴ <http://www.nnpcgroup.com>

Tanto o Estado nigeriano quanto as transnacionais do petróleo tinham o interesse comum de obter lucro oriundo do processo globalizado da extração e comércio, sustentado em contratos que fundamentavam a natureza transnacional da atividade (OBI; RUSTAD, 2010). As agências estatais, por dependerem dos impostos e royalties pagos pela indústria do petróleo, realimentavam o sistema facilitando a atuação das transnacionais e dando proteção militar a essas companhias. Dessa forma, as transnacionais exerciam uma influência que transcendia a socioeconômica, interferindo também em políticas e atuações governamentais em busca de favorecimentos legais, fiscais, e vantagens econômicas ou comerciais.

Nesse contexto, como o Estado é o ator fundamental dos processos políticos de negociação e regulamentação internacional, a influência das transnacionais referiu-se ao seu papel na formação das preferências estatais de forma a afetar positivamente os interesses fundamentais das empresas. Dessa influência derivou-se o seu poder, que pode ser entendido como a capacidade de modificar e dar forma, indiretamente, às políticas estatais visando seus próprios interesses, os quais são geralmente conectados a seu Estado de origem.

A atratividade do petróleo Nigeriano superou os desafios impostos pelo ambiente hostil e colocou a Nigéria no centro da disputa internacional pela energia. As transnacionais, ferramentas de influência internacional, articulavam o ambiente doméstico e a política interna nigeriana, moldando a estrutura governamental sob a proteção militar do Estado. A política internacional dava legitimidade à repressão, garantindo a integridade do Estado e justificando o uso da força em proveito do acesso contínuo e ininterrupto à energia. Os interesses internacionais focavam no acesso ao petróleo e na perpetuação da dependência da máquina estatal nigeriana, negligenciando a busca da paz e utilizando a violência como ferramenta de imposição da ordem social.

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa procurou revelar os pontos pertinentes em torno dos conflitos no Delta do rio Níger, consolidando-os numa conclusão que nos permita aprofundar os conhecimentos acerca da atual importância dos recursos naturais vitais dentro das relações internacionais. Ademais, no tocante ao atual contexto energético mundial, buscou-se abordar aspectos antevendo possíveis similaridades compatíveis à realidade brasileira.

O trabalho restringiu-se à moldura temporal compreendida entre 1999 e 2009, direcionada à atuação das transnacionais de petróleo e gás e ao interesse internacional nos conflitos.

Como ferramenta para atingir ao propósito deste trabalho foi adotada a teoria da Guerra por Recursos de Michael T. Klare, o que permitiu explorar o tema por uma metodologia de etapas, eliminando vieses na abordagem.

Inicialmente foi exposta a teoria utilizada aprofundando-se o conceito de segurança e os aspectos a ele relacionados, de onde se conclui que a segurança energética está intimamente ligada à soberania dos Estados.

Apesar de haver diferenças de concepção e divergências no processo analítico, as abordagens conceituais para a segurança energética convergem ao ponto comum do amparo bélico como recurso de proteção do Estado, atuando globalmente dentro da atual concepção de multilateralidade do sistema internacional.

Com base na metodologia adotada estudou-se a importância do petróleo para a Nigéria e a dinâmica dos acontecimentos históricos, desvelando os interesses e a atuação dos principais atores internos. Uma análise focada na interação entre esses atores concluiu que os conflitos foram o resultado do desenvolvimento de uma economia transnacional, apoiada num ciclo de interesses baseado na posse e acesso ao petróleo.

A análise histórica mostra o estabelecimento de um complexo sistema que favorecia a elite nigeriana e as transnacionais, segregando as comunidades do Delta. A máquina que movia esse sistema era composta por um monopólio estatal, uma companhia nacional operando associada a grandes empresas transnacionais, aparatos de segurança e uma política negligente de derivação e distribuição das receitas federais.

A insatisfação das comunidades do Delta se refletiu em protestos pacíficos que evoluíram para luta armada e insurgência. Partindo de solicitações por reparações a danos ambientais, tornaram-se reivindicações visando a participação nos lucros da exploração do petróleo e se encerraram como luta pela posse e controle total dos recursos naturais. Essa evolução demonstra uma clara mudança do caráter dos conflitos, que se originaram com uma natureza social, adquiriram viés econômico e terminaram com cunho político.

Uma vez contextualizado o cenário doméstico, abordou-se a posição da Nigéria frente à comunidade internacional, explorando-se os agentes externos mais influentes, seus interesses e interferências nas disputas, bem como os reflexos delas na dinâmica dos conflitos.

Concluiu-se que a Nigéria sofria uma forte ingerência, direta e indireta, de agentes internacionais motivados pelo seu promissor potencial energético.

Atuando por meio da política, os atores externos intervieram de forma direta dando apoio ao Estado, fortalecendo as relações entre governos e desqualificando a insurgência perante a comunidade internacional. Destarte, justificou-se a militarização do delta como ferramenta de manutenção e imposição da ordem social.

A influência internacional indireta aconteceu por meio do grande poder de ingerência das transnacionais diante da fragilidade e dependência do Estado nigeriano, articulando políticas governamentais e estruturando a máquina administrativa.

Em síntese, conclui-se que os esforços internacionais acabaram por contribuir para a continuação dos conflitos, focando na produção e proteção da infraestrutura petrolífera

apoiada na repressão e militarização da região do Delta, em absoluta desídia com as comunidades marginalizadas e suas pretensões.

As conclusões parciais, ora abordadas, expuseram as alíneas pertinentes do problema que serão consubstanciados a seguir, numa inferência dirigida à realidade brasileira.

Observou-se neste estudo que os conflitos são caracterizados pela presença de diversos elementos. Fatores culturais, étnicos, religiosos, políticos e econômicos se integram a uma diversidade de outras forças, internas e externas, gerando um ambiente permeado por fatores de influência. A interação destes elementos ocorre de forma complexa e dinâmica, alterando constantemente o perfil e o objetivo dos conflitos.

Não se pode inferir, portanto, que os recursos naturais sejam a única causa dos conflitos no mundo, nem os mais relevantes, podendo, todavia, tomar dimensão capital caso o ambiente coadune a favor. O estudo do cenário em curso irá determinar a motivação dominante nos conflitos e ditar a relevância dos seus fatores contribuintes e, ainda assim, eles serão válidos para um momento específico dentro de um retrato pontual da situação.

Nota-se, entretanto, uma crescente valorização dos recursos naturais quando comparados a outras áreas sensíveis que direcionam a estratégia política e econômica dos Estados. A crescente preocupação mundial com a obtenção e acesso a estes recursos é agravada perante a nova concepção internacional, que sinaliza para a aceitação do uso da força em prol da segurança energética, justificando, assim, a coerção respaldada pelo princípio básico da soberania.

Essa realidade deveria ocupar as preocupações dos países que são, ao mesmo tempo, ricos em recursos e pobres nos meios de protegê-los.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, Giovanni. **A Ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 372 p.
- _____. Hegemony Unraveling–I. **New Left Review**. n. 32, p.23-80, mar - abr. 2005.
- AFRICAN ECONOMIC OUTLOOK. **Country Notes 2014**. França. 2015. Disponível em: <http://www.africaneconomicoutlook.org/fileadmin/uploads/aeo/2014/PDF/CN_Long_EN/Nigeria_EN.pdf> Acesso em: 07 jul. 2015.
- BAUMANN, Florian. Energy Security as multidimensional concept. **CAP Policy Analysis 1**. Munich: Center for Applied Policy Research, 2008. 14 p.
- BOOTH, Ken; SMITH, Steve. **International Relations Theory Today**. Great Britain: The Pennsylvania State University, 1995. 367 p.
- BRITISH PETROLEUM. **Statistical Review of World Energy**. London, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.rrojasdatabank.info/bpstats2006.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2015.
- BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Power: The Structure of International Security**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003. 546 p.
- BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: A New Framework for Analysis**. United States of America: Lynne Rienner Publishers, 1998. 239 p.
- CAMBRIDGE ENERGY RESEARCH ASSOCIATES (CERA). **Testimony to the Subcommittee on International Economic Policy, Export and Trade Promotion**. Washington,DC, abr. 2003. Disponível em: <<http://www.jec.senate.gov/archive/Documents/Hearings/yergintestimony07oct2004.pdf>> Acesso em: 6 ago. 2015.
- CIUTĂ, Felix. Conceptual Notes on Energy Security: Total or Banal Security? **Security Dialogue**, v. 41, n 2, p123-144, apr. 2010.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. Empresas Multinacionais e Soberania do Estado. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, [s.l.], v. 76, p. 107-121, jan. 1981. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66917/69527>>. Acesso em: 19 jul. 2015.
- ESTADOS UNIDOS DA AMERICA (EUA). Department of Commerce. World Population. **Census Bureau**. [s.l.], 2015a. Disponível em : <http://www.census.gov/population/international/data/worldpop/table_population.php> Acesso em: 28 jul. 2015.
- _____. Independent Statistic & Analysis. **Energy Information Administration**. Washington, DC. 2015b. Disponível em: <<http://www.eia.gov/>> Acesso em: 8 jul. 2015.
- _____. U.S.Government. **Counterinsurgency Guide**. [s.l.], 2009. Disponível em : <<http://www.state.gov/documents/organization/119629.pdf>> Acesso em: 28 jul. 2015
- FIRST, Ruth. **The Barrel of a Gun**. London: Allen Lane The Penguin Press, 1970. 513 p.

FRYNAS, Jędrzej George. **Oil in Nigeria: Conflict and Litigation Between Oil Companies and Village Communities**. Hamburg: Lit, 2000. 263p.

GROSS WORLD PRODUCT 1950-2011. Washington, DC: Earth Policy Institute, 2011. Disponível em: <http://www.earth-policy.org/datacenter/xls/indicator2_2012_01.xls> Acesso em 28 jul. 2015.

GUEDES, Ana Lucia. Repensando a nacionalidade de empresas transnacionais. **Revista da Sociologia e Política**. Curitiba, n. 14, p. 51-60, jun. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782000000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 jul.2015.

HALLESON, Durrel Nzene. An analysis of natural resources related conflicts in Central Africa and the Gulf of Guinea. **Cameroon Journal on Democracy and Human Rights**, v. 3, n.1, p. 47-70, jun. 2009.

IBABA, S. Ibaba. Alienation and Militancy in Niger Delta. In: MALAN, Jannie; ONIGBINDE, Dorcas. **African Journal of Conflict Resolution**. Durban, v.8, n.2, p. 5-34, 2008. Disponível em : < [http://dspace.africaportal.org/jspui/bitstream/123456789/33095/1/ACCOR D%20AJCR%20vol.%208,%20no.%202,%202008.pdf?1](http://dspace.africaportal.org/jspui/bitstream/123456789/33095/1/ACCOR%20AJCR%20vol.%208,%20no.%202,%202008.pdf?1)>. Acesso em: 10 jul. 2015.

IBEANU, Okechukwu. Oiling The Friction: Environmental conflict management in the Niger Delta, Nigeria. **Environmental Change & Security Report**, Washington-DC, Issue 6, p. 19-32, 2000. Disponível em: <<http://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/Report6-2.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2015.

IKEIN, Augustine A; ALAMIEYESEIGHA, D. S. P.; AZAIKI, Steve. **Oil, Democracy and the Promise of True Federalism in Nigeria**. Lanham, Md.: University Press of America, 2008. 494 p.

IMOBIGHE, Thomas A. Conflict in Niger Delta: A unique cause or a model for future conflicts in other oil producing countries. In: TRAUB-MERZ, Rudolf; YATES, Douglas (Ed.). **Oil policy in the Gulf of Guinea: Security and conflict, Economic growth, Social Development**, Bonn: Friedrich-Elbert-Stifting, 2004, cap. 2, p. 101-115.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. Statistics Book. **World Energy Investment Outlook 2003 Insights**. Paris, nov. 2003. Disponível em: <<http://www.worldenergyoutlook.org/media/weowebiste/2008-1994/weo2003.pdf>> Acesso em: 18 jul. 2015.

KLARE, Michael T. **Resource wars: the new landscape of global conflict**. New York: Owl Books, 2002. 304 p.

_____. **The Race for What's Left**. New York: Picador, 2013. 320 p.

KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael C. Broadening the Agenda of Security Studies: Politics and Methods, **Mershon International Studies Review**, v. 40, n. 2, p.229-254, Out. 1996.

LEGUM, Colin; DRYSDALE, John. **Africa Contemporary Record: Annual Survey and Documents**. United Kingdom: Africa Research Ltd, 1969. 904 p.

LEWIS, Peter. Nigeria: Assessing Risks to Stability. **Center for Strategic & International Studies**, Washington, DC, jun. 2011. 17p.

OBI, Cyril; RUSTAD, Siri Aas. **Oil and insurgency in the Niger Delta**: Managing the complex politics of petroviolence. Uppsala: Zed Books, 2010. 255 p.

ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES (OPEC). **Annual Statistical Bulletin**. Viena, 2006. Disponível em <<http://www.opec.org/library/Annual%20Statistical%20Bulletin/interactive/2005/FileZ/ogdtbl.htm>> Acesso em: 13 jul. 2015.

OWUGAH, Lemmy. Local Resistance and the State. In: OILWATCH AFRICAN GENERAL ASSEMBLY, fev. 9-14, 1999, Port Harcourt. **Report...**, Port Harcourt: [s.n.], 1999 apud IBABA, S. Ibaba. Alienation and Militancy in Niger Delta. In: MALAN, Jannie; ONIGBINDE, Dorcas. **African Journal of Conflict Resolution**. Durban, South Africa: African Centre for the Constructive Resolution of Disputes, 2008. v.8, n.2, p. 11-34. Disponível em : < <http://dspace.africaportal.org/jspui/bitstream/123456789/33095/1/ACCORD%20AJCR%20vol.%208,%20no.%202,%202008.pdf?1>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

OYEFUSI, Aderaju. Oil-dependence and Civil conflict in Nigeria. **Centre for Study of African Economies**, Benin, jun. 2007. 34 p.

PRONINSKA, Kamila. Energy and Security: regional and global dimensions. **Stockholm International Peace Research Institute yearbook 2007**. Oxford, 38th ed, p. 215 – 240, 2007.

SARFATI, Gilberto. Os Limites do Poder das Empresas Multinacionais. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XI, n.1, p. 117-130, jan-jun 2008.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira de. *et al.* **Enciclopédia de Guerra e Revoluções do Século XX**: As Grandes Transformações no Mundo Contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

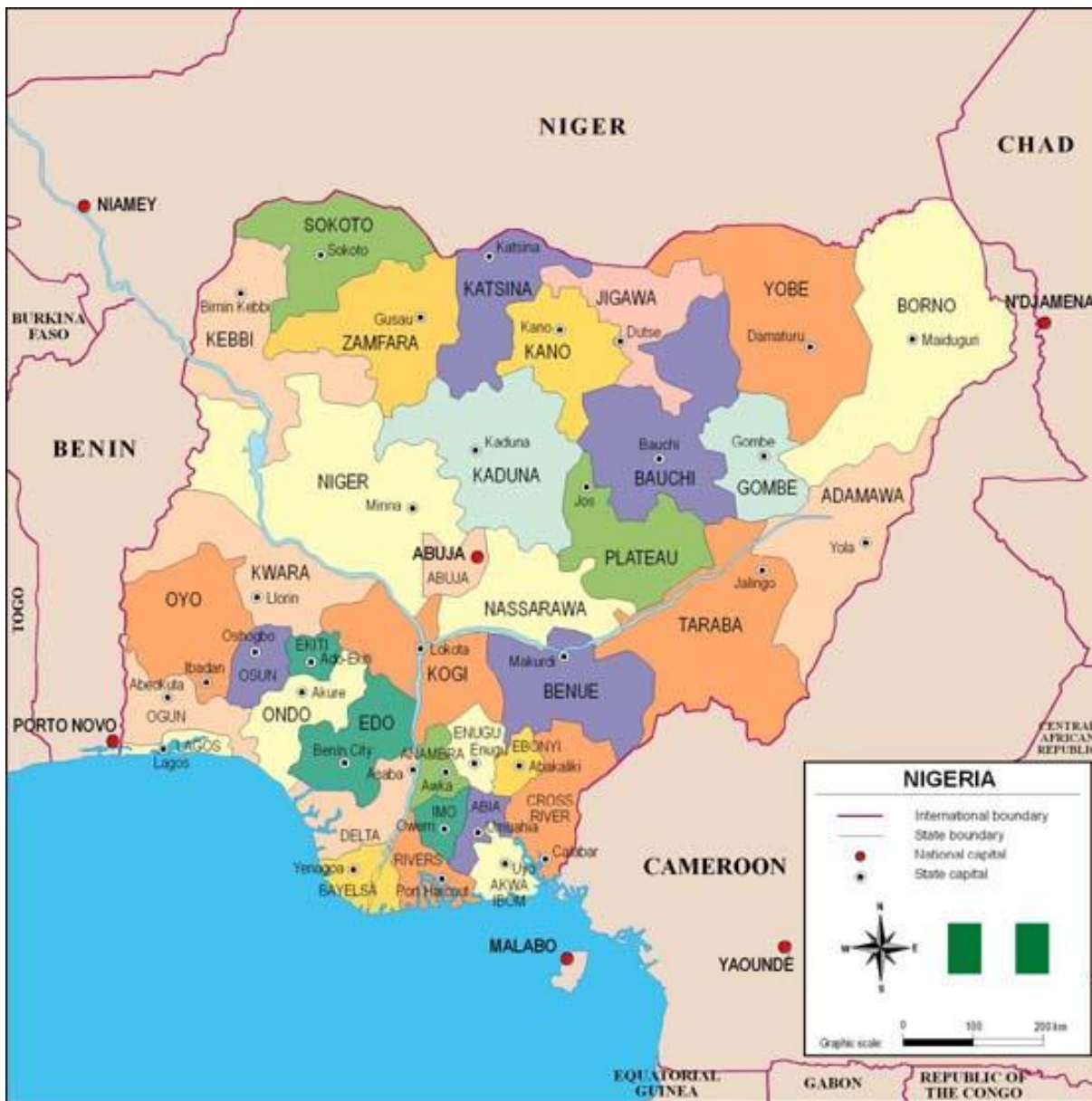
WALT, Stephen M. The Renaissance of Security Studies, **International Studies Quarterly**, [s.l],v. 35, n. 2, p.211-239, Jun. 1991.

WATTS, Michael. Resource curse? Governmentality, oil and power in the Niger Delta, Nigeria. **Geopolitics**, California, v. 9, n.1, p.50-80, 2004.

WOLFERS, Arnold. National Security as an Ambiguous Symbol, **Political Science Quarterly**, New York , v. 67, n. 4, p.481-502, dez. 1952.

ANEXO A- Mapa Político da Nigéria

Estados do Delta do Níger: Abia, Akwa-Ibow, Rivers, Bayelsa, Delta, Imo, Ondo, Edo, Cross River



Fonte: Disponível em <http://www.digi atlas.com/cgi-php/mapas_vectoriales.php?idpais=135&kind=PAIS> Acesso: 22 jul. 2014

ANEXO B – Produto Mundial Bruto (GWP) 1950-2011

Gross World Product, 1950-2011						
Year	Total	Per Person		Year	Total	Per Person
	Trillion Dollars	Dollars			Trillion Dollars	Dollars
1950	7,0	2.756		1981	28,1	6.202
1951	7,4	2.883		1982	28,3	6.136
1952	7,8	2.956		1983	29,1	6.198
1953	8,2	3.054		1984	30,5	6.388
1954	8,4	3.100		1985	31,7	6.522
1955	9,0	3.238		1986	32,8	6.628
1956	9,4	3.312		1987	34,0	6.756
1957	9,7	3.379		1988	35,6	6.935
1958	10,0	3.400		1989	36,9	7.079
1959	10,5	3.521		1990	38,1	7.185
1960	11,0	3.634		1991	39,0	7.226
1961	11,5	3.705		1992	39,8	7.269
1962	12,1	3.826		1993	40,7	7.311
1963	12,7	3.950		1994	42,0	7.449
1964	13,5	4.136		1995	43,4	7.582
1965	14,2	4.269		1996	45,1	7.758
1966	15,0	4.417		1997	46,9	7.962
1967	15,6	4.491		1998	48,1	8.059
1968	16,5	4.651		1999	49,8	8.243
1969	17,5	4.825		2000	52,2	8.529
1970	18,3	4.952		2001	53,4	8.616
1971	19,1	5.061		2002	54,9	8.754
1972	20,1	5.230		2003	56,9	8.962
1973	21,4	5.463		2004	59,7	9.287
1974	21,9	5.472		2005	62,4	9.597
1975	22,2	5.444		2006	65,7	9.984
1976	23,3	5.618		2007	69,3	10.404
1977	24,3	5.742		2008	71,2	10.570
1978	25,3	5.894		2009	70,8	10.380
1979	26,4	6.030		2010	74,4	10.787
1980	27,5	6.173		2011	77,2	11.071
a) 1950-1979 data reproduced with permission from The Conference Board, Inc. © 2012 The Conference Board, Inc.						

Fonte: Adaptado de GROSS...,2011.

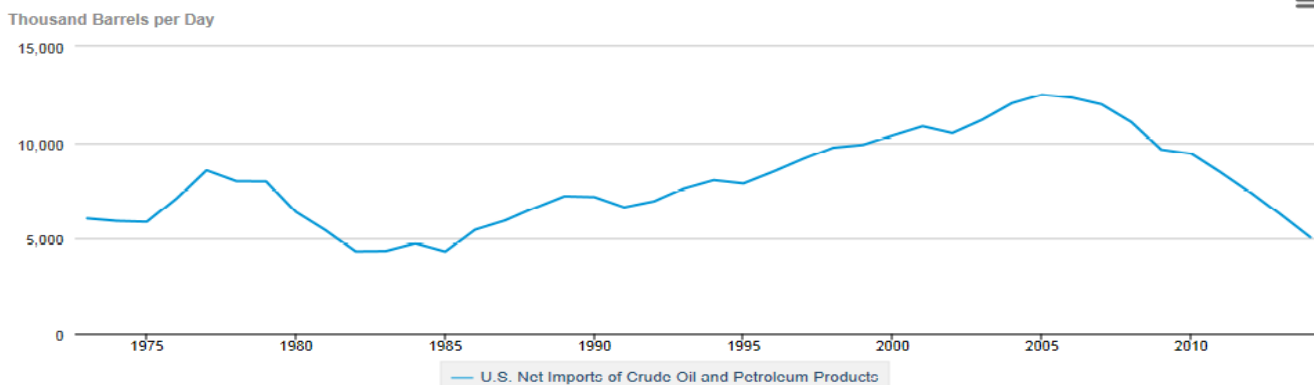
ANEXO C – Exploração de Petróleo e Principais Grupos Étnicos (1999)



Fonte: Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/cartes/afriquenigeriamdv51>> Acesso em: 22 jun. 2015.

ANEXO D- Importações dos EUA: Mundo e Nigéria

U.S. Net Imports of Crude Oil and Petroleum Products



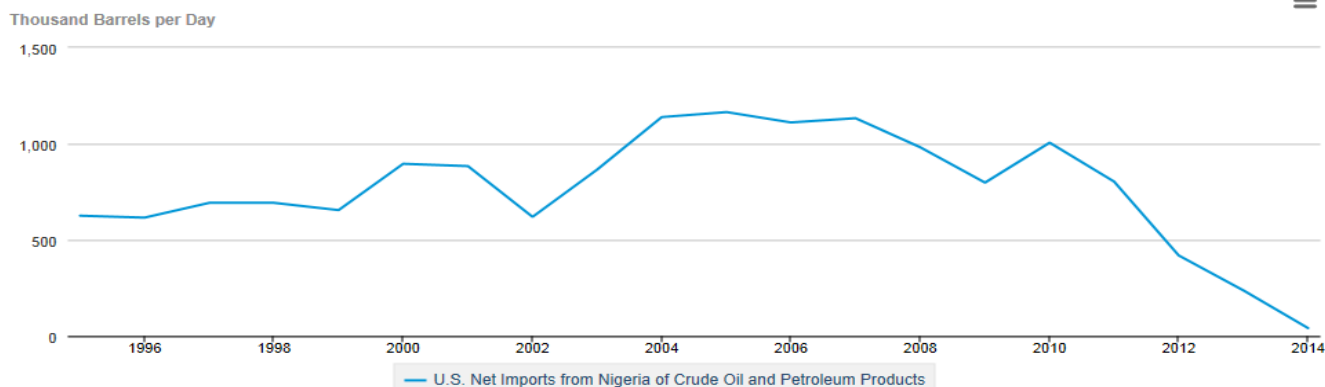
Source: U.S. Energy Information Administration

This series is available through the EIA open data API and can be downloaded to Excel or embedded as an interactive chart or map on your website.

U.S. Net Imports of Crude Oil and Petroleum Products (Thousand Barrels per Day)

Decade	Year-0	Year-1	Year-2	Year-3	Year-4	Year-5	Year-6	Year-7	Year-8	Year-9
1970's				6,025	5,892	5,846	7,090	8,565	8,002	7,985
1980's	6,365	5,401	4,298	4,312	4,715	4,286	5,439	5,914	6,587	7,202
1990's	7,161	6,626	6,938	7,618	8,054	7,886	8,498	9,158	9,764	9,912
2000's	10,419	10,900	10,546	11,238	12,097	12,549	12,390	12,036	11,114	9,667
2010's	9,441	8,450	7,393	6,237	5,041					

U.S. Net Imports from Nigeria of Crude Oil and Petroleum Products



Source: U.S. Energy Information Administration

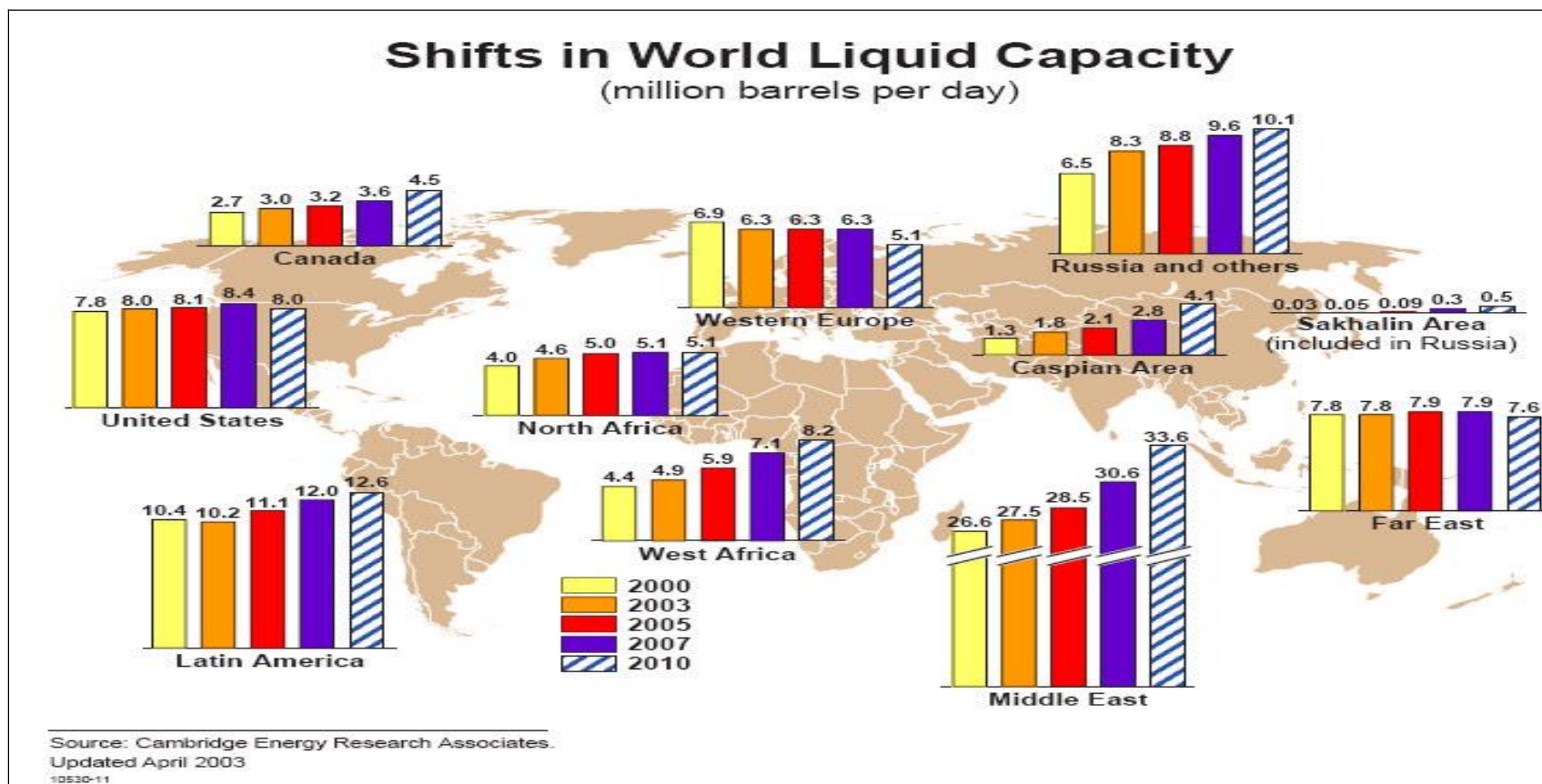
This series is available through the EIA open data API and can be downloaded to Excel or embedded as an interactive chart or map on your website.

U.S. Net Imports from Nigeria of Crude Oil and Petroleum Products (Thousand Barrels per Day)

Decade	Year-0	Year-1	Year-2	Year-3	Year-4	Year-5	Year-6	Year-7	Year-8	Year-9
1990's						626	616	693	693	655
2000's	896	884	620	866	1,139	1,165	1,111	1,133	982	798
2010's	1,006	803	419	237	41					

Fonte: Disponível em: <http://www.eia.gov/dnav/pet/pet_move_net_i_a_ep00_IMN_mbbldpd_a.htm> Acesso em: 8 jul. 2015.

ANEXO E – Projeções de Produção Petrolífera por Região (2003)



Fonte: CERA, 2003.

